



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS- PORTUGUÊS E ESPANHOL -
LICENCIATURA**

JULIANA BIEGER

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE SURDOS
NO ENSINO REGULAR**

**CERRO LARGO
2016**

JULIANA BIEGER

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE SURDOS
NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras: Português e Espanhol, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras: Português e Espanhol.

Orientadora: Prof^a Me. Cleusa Inês Ziesmann.

CERRO LARGO

2016

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Bieger, Juliana

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PROCESSO DE INCLUSÃO
DE SURDOS NO ENSINO REGULAR/ Juliana Bieger. -- 2016.
f.

Orientadora: Cleusa Inês Ziesmann.

Trabalho de conclusão de curso (graduação)
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de CURSO
DE GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL -
LICENCIATURA , Cerro Largo, RS, 2016.

1. Educação de Surdos. 2. Educação Inclusiva. 3.
Formação de Professores. I. Ziesmann, Cleusa Inês,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

JULIANA BIEGER

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE SURDOS
NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Letras: Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Orientadora: Professora Ms. Cleusa Inês Ziesmann

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
24/06/2016

BANCA EXAMINADORA



Profª orientadora Ms. Cleusa Inês Ziesmann – UFFS



Profª Dra. Serli Genz Bölter – UFFS



Profª Dra. Sandra Vidal Nogueira – UFFS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu força e coragem durante todo o tempo de construção do trabalho.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, que me possibilitou a ver novas perspectivas profissionais, juntamente com todos os professores do Curso de Letras, que direta ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse desenvolver esta pesquisa.

Agradeço, principalmente, a minha adorável orientadora Cleusa Inês Ziesmann, que me auxiliou, com sua sabedoria exemplar, na realização do presente trabalho de maneira fundamental para o alcance de meus objetivos. Que abriu-me muitas portas do conhecimento, sempre com sua simpatia contagiante.

A banca, composta pelas professoras doutoras, Sandra Vidal Nogueira e Serli Genz Bölter, pela participação e leitura de minhas escrituras e o compartilhamento dos seus saberes. É um prazer tê-las na minha banca examinadora.

Aos meus pais Arno e Madalena, e irmão Julio, que sempre estiveram me apoiando quando eu mais necessitava, me incentivando, mostrando assim que eu nunca estarei sozinha.

Enfim, a todas as pessoas que de uma forma ou de outra colaboraram para que meu sonho tornasse realidade.

A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos.

Paulo Freire

RESUMO

Resumo: O objetivo desse estudo foi de investigar quais são as condições oferecidas aos professores de ensino regular para a produção de saberes docentes, que os capacite para atuar no ensino escolar com crianças surdas, a partir de um estudo bibliográfico. A amostra foi, portanto, constituída de 9 publicações e identificadas a partir de palavras chaves como: inclusão, formação docente e surdez com leituras feitas de publicações em periódicos, dissertações no período de 2000 até 2015. Como resultados dessa investigação, podemos constatar que há grandes dificuldades por parte dos professores e na escola como um todo para incluir efetivamente estudantes surdos nas salas de aula do ensino regular, pois não basta viabilizar o acesso dos mesmos ou disponibilizar materiais pedagógicos, mas sim é necessário oportunizar e realizar uma reorganização em toda a escola e principalmente no sistema educativo, contemplando uma formação específica sobre a educação inclusiva para os profissionais da educação comprometidos com a educação para todos.

Palavras chave: Educação de Surdos; Educação Inclusiva; Formação de Professores.

RESUMEN

Resumen: El objetivo de ese estudio fue de investigar cuales son las condiciones ofrecidas a los profesores de enseñanza regular para a la producción de saberes docentes, que os capacite para actuar en la enseñanza regular con niños sordos, a partir de un estudio bibliográfico. La muestra se constituyó, por lo tanto, en 9 publicaciones e identificadas a partir de palabras clave como: inclusión, formación docente y sordez con lecturas hechas de publicaciones en periódicos, disertaciones en el período de 2000 hasta 2015. Como resultados de esa investigación, podemos constatar que hay grandes dificultades por parte de los profesores y en la escuela como un todo para incluir efectivamente estudiantes sordos en las clases de la enseñanza regular, pues no basta viabilizar el acceso de los mismos o disponer materiales pedagógicos; es necesario dar oportunidad y realizar una reorganización en toda la escuela y principalmente en el sistema educativo, contemplando una formación específica sobre la educación inclusiva para los profesionales de la educación comprometidos con la educación para todos.

Palabras clave: Educación de Sordos; Educación Inclusiva; Formación de Profesores

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
CAPITULO 1: ESTUDO DO CONHECIMENTO	12
1.1- A Formação de Professores na Perspectiva de uma Educação Inclusiva	12
1.2- O Atendimento Educacional Especializado para Surdos	15
CAPITULO 2: O CAMINHO PERCORRIDO	19
2.1 A Metodologia	19
2.1.1. Descrição do Tipo de Pesquisa Realizada	19
2.1.2 Técnicas e Procedimentos de Coleta	20
CAPITULO 3: RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS	21
3.1. Os Saberes que os Professores Necessitam para Trabalhar com Alunos Surdos na Sala de Aula da Escola Regular.	21
3.2. As Contribuições da Formação Docente para a Produção de um Ensino de Qualidade para Surdos	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERENCIAS	29

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A maioria dos professores possuem diversas dificuldades no momento em que entram em suas salas de aula, entre essas dificuldades encontra-se a presença de alunos com deficiências. Em 2005, foi aprovado um decreto de número 5626/2005, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como um meio de comunicação e expressão dos surdos, e com isso, todas as instituições de ensino superior, que tenham cursos de formação de professores, são obrigadas a incluir o componente de Libras, em sua grade curricular, para subsidiar meios em relação a formação dos futuros professores e a enfrentar situações como as de inclusão de surdos nas instituições de ensino regular.

A partir da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), podemos compreender que a educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que atuam de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, disponibilizando serviços e recursos para as atividades de atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade nos ambientes de processos educacionais, para efetivamente promover a inclusão em todos os espaços das instituições de ensino.

Freire (1996) contextualiza que o momento fundamental na formação permanente de professores é a reflexão crítica sobre a prática. Nesse mesmo viés, é possível refletir sobre nossas práticas de modo a melhorá-las e modificá-las de acordo com a necessidade de cada turma. Freire ainda assinala que os professores que refletem sobre suas práticas desenvolvem melhor sua inteligência, não apenas em seus processos cognitivos, e com isso são mais suscetíveis a mudanças necessárias nos dias atuais.

Dessa forma, Paulon (2005) enfatiza que a formação dos profissionais da educação é de extrema importância para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem em salas de aulas onde há alunos com deficiência. Assim, essa pesquisa possui as seguintes questões norteadoras: *Quais os saberes que os professores necessitam para trabalhar com alunos surdos na sala de aula da escola*

regular? E ainda, quais são as contribuições da formação docente para a produção de um ensino de qualidade para surdos.

De acordo com pesquisas realizadas por Salles (2004), podemos perceber que o surdo precisa em um primeiro momento aprender a sua língua materna, a Libras (L1), para depois em um segundo momento, apropriar-se de uma segunda língua, que em nosso caso, é a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, a (L2).

Botelho (1998) enfatiza que o aluno surdo, compartilha uma língua sinalizada com os colegas de classe e com seus professores, porém muitas vezes não é compreendido, pois os pares não possuem conhecimento sobre a mesma ou não a utilizam fluentemente e, dessa maneira, os sujeitos surdos estarão em desigualdade linguística em sala de aula, o que acaba gerando em alguns momentos, dificuldades para compreender conhecimentos específicos trabalhados pelo professor. Por essas razões, percebemos a importância da presença de um profissional intérprete de Libras junto com esse sujeito surdo, facilitando assim, o processo de comunicação entre as pessoas envolvidas no ambiente escolar, que direta ou indiretamente estão ligados ao processo de aprendizagem.

Para tanto, o texto que segue está estruturado em três capítulos, acrescidos desta introdução e da conclusão. No Capítulo 1, trazemos questões relacionadas Estudo do Conhecimento sobre o tema compreendendo a Formação de professores na perspectiva de uma educação inclusiva. Ainda, no referido capítulo, trazemos e discutimos sobre conceitos e abordando alguns caminhos até então usados e/ou conhecidos pela escola em relação ao Atendimento Educacional Especializado e a legislação vigente.

No Capítulo 2, explicitamos sobre o Processo de Pesquisa, os fundamentos teóricos adotados e os sujeitos envolvidos no estudo. Ainda apresentamos dados referentes a coleta de dados e algumas reflexões feitas a partir das interlocuções dos materiais lidos. Foi definida com bases nos referenciais de método qualitativos, com ênfase nos trabalhos descritivos e documentais (bibliográfico).

No Capítulo 3, tem como tema Resultados e Discussões, que contempla a análise e a tentativa de discussão dos dados obtidos através da análise de dados. A partir da leitura e várias releituras desses dados coletados, foi possível pensar em duas categorias emergentes. A primeira categoria trata sobre “*Os saberes que os*

professores necessitam para trabalhar com alunos surdos na sala de aula da escola regular". A segunda categoria contempla reflexões sobre "As contribuições da formação docente para a produção de um ensino de qualidade para surdos".

Após essas análises trazemos as considerações finais sobre a pesquisa realizada, retomando as questões que propomos para este estudo, permitindo fazer a relação entre o que percebemos e o que deveria acontecer nas escolas para que a inclusão de surdos aconteça de acordo com as orientações da Política Nacional de Educação. Após esse momento, para finalizar, apresentamos os teóricos que nos deram embasamento teórico e serviram de apoio para a organização, análise e reflexão sobre os dados.

CAPITULO 1: ESTUDO DO CONHECIMENTO

1.1- A Formação de Professores na Perspectiva de uma Educação Inclusiva

De acordo com Vygotsky (2001) a linguagem é responsável pela regulação da atividade psíquica humana, pois é ela que permeia a estruturação dos processos cognitivos. Dessa forma, é assumida como constitutiva do sujeito, pois possibilita as interações fundamentais para a construção do conhecimento. Como sabemos, a linguagem é adquirida na vida social e é com ela que o sujeito se constitui como tal, com suas características humanas, diferenciando-se dos demais animais. E “é no contato com a linguagem, integrando uma sociedade que faz uso dela, que o sujeito a adquire” (p. 165). Já para as pessoas surdas, segundo Lacerda (2006), esse contato revela-se prejudicado, pois a língua oral é percebida por meio do canal auditivo, modificado nessas pessoas.

Sendo assim, as mais recentes transformações político-educacionais resultam, quase em sua totalidade, de um novo olhar para a diversidade, cujo foco está no respeito à identidade e à diferença. Nesse contexto, busca-se promover a cidadania das minorias culturais, raciais e das pessoas com deficiências, por meio de leis que garantam sua participação social.

Para tanto, sabemos que a inclusão de crianças com deficiências é um grande dilema enfrentado tanto para os professores como para os demais colegas. Pois, apenas matricular uma criança com deficiência em uma escola regular não é o suficiente para que se efetive a inclusão, é necessário um preparo tanto na estrutura física da instituição quanto no preparo dos recursos humanos de toda a escola, assim como todo um planejamento de um currículo pensado na diversidade de aprendizagem.

Segundo Freitas (2010),

É impossível pensar um sistema educativo inclusivo, para o qual as políticas públicas assinalam, mantendo o mesmo sistema inalterado. Para corresponder às diversas necessidades educacionais, os diferentes ritmos de aprendizagem, é imprescindível uma reestruturação sócio-educativa, com propostas curriculares apropriadas e adaptadas para a diversidade, mudanças organizacionais, estratégias didático-pedagógicas, recursos diferenciados, estruturação do espaço físico e capacitação docente (p. 29).

Conforme a autora, podemos perceber que são necessárias muitas mudanças tanto organizacionais, arquitetônicas, assim como, mudanças nas práticas

pedagógicas dos docentes para uma efetiva inclusão de crianças com deficiências nas escolas de ensino regular.

As contribuições de Schlünzen *et al* (2011) corroboram em enfatizar que não podemos garantir uma efetiva inclusão apenas inserindo um aluno deficiente junto aos demais, pois a criança estará integrada na escola, mas não vai interagir com os outros. Para garantir que realmente aconteça a inclusão, é necessário que se pense em alguns aspectos, como a acessibilidade com a tradução e interpretação em sala de aula dos conteúdos, práticas pedagógicas que contemplem que o educando esteja no mesmo nível que os demais alunos, interlocução com todos os sujeitos da comunidade escolar, respeito a diversidade linguística e cultural do mesmo.

É dever do professor, como também da sociedade em geral, tentar realizar tarefas que sirvam como maneiras de integração, para que a criança com deficiência se sinta acolhida junto aos demais colegas de turma e inclusive, participando efetivamente na sociedade em que vive, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por eles.

Ziesmann (2015) em estudos realizados sobre a inclusão, afirma que a escola deve ter profissionais qualificados para suprir às necessidades dos estudantes com deficiências, contudo, é indispensável que a escola, enquanto coletivo organizado, venha a propiciar espaços institucionalizados que permitam reflexões a fim de modificar ações pedagógicas para a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

Segundo Mendes (2006), a palavra “integração” deriva do latim *integrare*, do adjetivo *integer*, que em 1989 significava intacto, não tocado, ou íntegro. Mas, ao longo da história, a palavra “integração” teve dois sentidos nas línguas modernas. Um deles que é ligado à origem da palavra, como foi dito anteriormente e o outro, é o sentido de “compor”, “fazer um conjunto”, “juntar as partes separadas no sentido de reconstruir uma totalidade”. Mendes (2006) ainda aponta que o conceito de integração escolar, por razões históricas, parece ter assumido o segundo significado, que seria colocar pessoas consideradas especiais numa mesma escola, mas não necessariamente na mesma turma e respeitando o seu ritmo e tempo de aprendizagem.

No entanto, percebemos que para muitos educadores não está claro os termos incluir ou integrar os alunos em espaços acadêmicos. Conforme contribuições de Mantoan (2003) em suas pesquisas, podemos observar que:

O objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (p. 16)

Desse modo, compreendemos que a inclusão remete a uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprendizagem, e sim a todos os demais, para que os mesmos obtenham sucesso na corrente educativa em geral.

Para tanto, as Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica (2001) indicam a importância que os sistemas de ensino e aprendizagem se preparem de maneira que as escolas possam fornecer aos alunos surdos o ensino da Língua Brasileira de Sinais como sua primeira língua (língua materna) e a escrita da língua portuguesa, como sendo a sua segunda língua, por ser o idioma oficial do nosso país.

Paulon (2005) atenta que a formação de profissionais da educação é uma tarefa de suma importância para uma melhora no processo de ensino e aprendizagem que estão diretamente ligadas ao trabalho de educar. Carvalho (2006) chama a atenção para que não haja um preconceito dos colegas e do próprio professor dentro da sala de aula, é necessário que o docente tenha uma visão crítica perante a sociedade, caso contrário, ocorrerá à exclusão dos incluídos em uma sala de aula.

A este propósito destacamos que um professor consciente terá sua ação pedagógica norteadada pela sensibilização da leitura de mundo, acrescentando a sistematização do conhecimento. Segundo Lima et al (2007)

Ser professor passa a ter um caráter dinâmico, reflexivo, transdisciplinar e solicitando que o professor saiba articular os saberes de forma significativa desdobrando uma visão de totalidade e não fragmentação, de completude e não de dimensão lacunar, de participação e não de isolacionismos de ações (p. 94).

Para isso, é imprescindível que aconteça atividades formativas que o propiciem, e de acordo com Xavier (2002), “a construção das competências do docente para responder, com qualidade, às necessidades educacionais especiais dos seus alunos em uma escola inclusiva [...] é na ação educativa, vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade e cidadania” (p. 19), pois todo profissional da educação é constituído pelos compromissos que assumem e delimitam no espaço ético reafirmando práticas consagradas pela cultura, ou a práticas que resistem a inovações e também do confronto das teorias e práticas.

1.2- O Atendimento Educacional Especializado para Surdos

A surdez constitui-se como parte integrante dessa diversidade, portanto, interessa à educação conhecer os limites e possibilidades do aluno surdo, de modo a oferecer-lhe os aparatos necessários para aquisição de conhecimentos. Nas palavras de Vitaliano, Dall’Acqua e Brochado (2010) podemos inferir que:

O processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular exige uma reforma geral na organização dos sistemas de ensino, em especial para o atendimento dos alunos surdos emerge a necessidade dos professores dominarem minimamente a Libras. (p.7)

Ter um conhecimento básico de Libras é de suma importância para que possamos trabalhar com alunos surdos. E para uma melhor aprendizagem dos alunos faz-se necessário, inclusive, uma reforma em todo o sistema de ensino, pois não basta somente a professora titular da sala de aula se desdobrar em várias, para conseguir atender as necessidades dos alunos, se a escola como um todo não auxilia nesse processo de respeito das singularidades de cada aluno.

Strobel (2008) afirma que a experiência visual, a língua, a família, a linguística, a literatura surda, a vida social e esportiva são parte de artefatos culturais, ou seja, são partes de uma cultura que não devem ser preservadas de forma segregadora. Dessa forma, o aluno surdo faz a leitura do mundo através de sua experiência visual e com isso a compreensão do mesmo também é diferente.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica, promovendo o atendimento educacional especializado. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20

de dezembro de 1996, a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGDs) e altas habilidades/superdotação. Assim, compreendemos o Atendimento Educacional Especializado (AEE) sendo um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

O Decreto 5.626/2005, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação e expressão dos surdos, dessa maneira, foi possível a inserção da disciplina de LIBRAS como sendo obrigatória nos cursos de Licenciaturas de nível superior, também nos cursos de fonoaudiologia e de magistério de nível médio.

No caso da criança surda, é no contato com seus familiares que deve preferencialmente ter o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais e posteriormente, na escola, a mesma se apropriará da sua segunda língua e de conteúdos específicos. Em estudos realizados por Mello (2002) os bebês surdos balbuciam igual às crianças ouvintes, porém no decorrer do tempo eles vão perdendo esses balbucios por ausência do canal auditivo, e os pais muitas vezes nem percebem que seu filho não ouve como deveria, o que acaba acarretando futuramente em um fracasso escolar do mesmo.

Em muitas práticas inclusivas, podemos perceber que mesmo aqueles alunos que se encontram inseridos no sistema regular de ensino continuam sendo isolados dos seus companheiros de turma. Vygotsky (2001) em suas pesquisas argumenta que é de fundamental importância que as crianças tenham companhias em suas brincadeiras, que aprendemos com os nossos pares, para que assim possam interagir, auxiliando para e no processo de aprendizagem, seja ela de conteúdos ou da própria vivência em sociedade. Dessa forma, os responsáveis legais pela criança não são os únicos protagonistas na determinação da futura personalidade na vida adulta de seus filhos, mesmo sendo eles que primeiramente discorrem sobre a criança.

Damázio (2007) em seu texto sobre o Atendimento Educacional Especializado afirma que:

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. (p. 14)

Pensando no excerto acima, percebemos que a inclusão deve ser feita em todo o tempo de escolarização do surdo, pois assim o aluno consegue superar suas barreiras no processo educacional como também desfrutar de seus direitos.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA, 2006, p. 166)

É sabido que os alunos surdos possuem compreensões de tudo o que acontece no seu entorno e que, a estrutura linguística difere da Língua Portuguesa, e conseqüentemente, os mesmos não aprendem da mesma maneira que os ouvintes. É o professor que deve conduzir o processo de ensino e a aprendizagem entre os alunos, pois é ele quem tem os saberes científicos e curriculares juntamente com suas experiências, para mediar o conhecimento de um com o de outro. Tardif (2014) assegura que os saberes de um professor são uma materialidade social¹, que é adquirida através de uma formação, de programas, práticas coletivas, pedagogias sociais, etc., e esses saberes proporcionam ao ensinar como uma mobilização de ampla variedade que devem ser exploradas em seu trabalho, ou seja, na sala de aula.

Dessa maneira, Lima (2010) expõem algumas reflexões referente as questões linguísticas das crianças surdas, que necessariamente devem ser exploradas e utilizadas em todas as instituições de ensino e ainda, oferecidas/contempladas nas salas de atendimento educacional especializado.

1- A Língua Brasileira de Sinais deve fazer parte do currículo escolar, contemplando uma estrutura que respeite a Cultura Surda e proporcionando aos alunos Surdos a opção de serem avaliados em Língua de Sinais ou por escrito em Língua Portuguesa;

¹ De acordo com Tardif (2014, p. 16) os saberes de um professor são uma realidade social materializada através de uma formação, de programas, de práticas coletivas, de disciplinas escolares, de uma pedagogia institucionalizada, etc., e são também ao mesmo tempo, os *saberes dele*.

2- O aprendizado da Língua Brasileira de Sinais deve começar desde cedo pelas crianças Surdas, de preferência por um Professor ou Instrutor/Monitor/Assistente Educacional Surdos, nas escolas;

3- O aprendizado da segunda Língua (Língua Portuguesa, na modalidade escrita) deve ser ministrado por professor fluente nas duas Línguas (LIBRAS e Língua Portuguesa) e conhecedor da Cultura Surda;

4- Contratação de profissionais Intérpretes/Tradutores em Língua de Sinais que não só acompanhem o processo de aprendizagem dos alunos Surdos, mas que estejam inseridos na Comunidade Surda e que tenham formação acadêmica;

5- Reflexão sobre como o sujeito Surdo percebe e vive num mundo visual, ampliando questionamentos quanto a uma metodologia que atenda suas necessidades, assim como a clareza sobre as atribuições do profissional Intérprete/ Tradutor Educacional;

6- Pesquisas e estudos de uma Pedagogia Visual que possa ser inserida no contexto linguístico dos alunos Surdos, proporcionando uma metodologia adequada para o ensino das diversas disciplinas do currículo escolar e assim possibilitando a construção de projetos educacionais;

7- Busca de parcerias, principalmente com as famílias, na construção de uma educação de qualidade para os alunos Surdos, propondo discussões e participações em encontros, seminários, enfim construindo uma Comunidade Surda;

8- Ampliação das parcerias com outros profissionais da Saúde e Assistência Social, a fim de proporcionar maiores informações e esclarecimentos quanto a direitos e deveres e a conscientização de que os Surdos são sujeitos capazes e independentes, numa abordagem sócio-cultural;

9- Valorização da Cultura Surda (p. 12,13)

A partir dessas reflexões, as atividades em salas de recursos devem ser ministradas por professores que tenham preferencialmente a fluência na Língua de Sinais e que conheçam o conteúdo ministrado pelo professor da turma da escola regular, para que possam explicar o conteúdo utilizando outras metodologias de ensino, de modo que o aluno surdo os compreenda.

Vale ressaltar que o trabalho desses profissionais deve ser sempre pensando na qualidade da aprendizagem e no desenvolvimento da criança surda. E que esse professor necessita estar bem preparado, com os saberes docentes bem desenvolvidos para haja uma aprendizagem da melhor maneira possível e assim, o aluno surdo aprenda e compreenda diversos ensinamentos que poderão ser indispensáveis na convivência em sociedade com as demais pessoas existentes nela.

CAPITULO 2: O CAMINHO PERCORRIDO

2.1 A Metodologia

2.1.1. Descrição do Tipo de Pesquisa Realizada

O trabalho que se realizará segue os preceitos de um estudo exploratório bibliográfico, que para Gil (2008, p. 50), “é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”, sobre um assunto específico, no nosso caso, de formação de professores e educação inclusiva para o atendimento de alunos surdos.

Nesta perspectiva, a opção metodológica é de natureza qualitativa, com o uso de material documental e análise bibliográfica com o objetivo de fornecer dados para nos dar condições de formular argumentos e análise sobre a inclusão a fim de contribuir sobre as questões norteadoras, objeto desse estudo.

E para a seleção das fontes e análise dos dados, foram consideradas como critério de inclusão as bibliografias que continham como elemento principal a inclusão de alunos com deficiência/surdos nas escolas de ensino regular e, sobre formação de professores, para dessa forma, obter um melhor embasamento teórico na construção dos argumentos sobre o assunto escolhido.

Foram utilizados Vygotsky (2001) e Lacerda (2006), que dialogam sobre a aquisição da linguagem. Tardif (2014) e Freire (1996) abordam sobre a formação docente e a constituição da sua identidade profissional. Para a educação inclusiva, pretendemos manter um diálogo com Xavier (2002), Strobel (2008) Mantoan (2003) e Salles (2004). Com esses autores podemos estabelecer conexões entre os assuntos e reorganizar nossas ideias.

Baseamo-nos também, nos documentos oficiais do Ministério da Educação, pois são essenciais ao nos subsidiar sobre a necessidade de incluir crianças com deficiências em escolas regulares, sendo assim, os documentos que utilizamos foram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Decreto 5626/2005, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica

(2001) e a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

2.1.2 Técnicas e Procedimentos de Coleta

Para a construção do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras, resolvemos utilizar os recursos de uma pesquisa qualitativa, e assim a análise do conteúdo busca dar significado para a coleta de dados a fim de trazer de modo sistematizado respostas para as nossas inquietações e dúvidas relacionadas com os assuntos envolvidos no âmbito de nosso presente trabalho.

Para tanto, os textos selecionados para a leitura e análise de dados foram extraídos das revistas “Educação Especial e Inclusão”, “Revista de Educação” e os livros de Paulo Freire (1967) “Educação como prática de Liberdade”, e Tardif (2014) “Saberes Docentes e Formação Profissional” e Mantoan (2003). Os textos foram selecionados a partir de palavras chaves: educação inclusiva, formação de professores, surdos e escola regular. Palavras estas que foram peças indispensáveis durante todo o processo de construção do presente trabalho.

Foram utilizados artigos dessas revistas para leitura a fim de obter esclarecimentos sobre os assuntos envolvidos em nossa pesquisa, assim desenvolveríamos melhores conexões entre nossos objetivos e os teóricos que estudam a este respeito.

Os artigos que utilizamos em nossas pesquisas foram: “Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva” (2002); “Os surdos e o fracasso escolar” (2002); “A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: O que dizem Alunos, Professores e Intérpretes sobre esta Experiência” (2006); “A Radicalização do Debate sobre Inclusão escolar no Brasil”. (2006); “Inclusão Escolar” (2006); “Formação Docente: Uma reflexão necessária” (2007); “As imagens do outro sobre a cultura surda” (2008); “Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectivas Educacionais” (2010); “Inclusão escolar: Marcos Legais. Atendimento Educacional Especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência” (2011).

CAPITULO 3: RESULTADOS E ANALISES DOS DADOS

3.1. Os Saberes que os Professores Necessitam para Trabalhar com Alunos Surdos na Sala de Aula da Escola Regular

Conforme já estudamos nos capítulos anteriores, sabemos que são necessários diversos saberes em que os professores devem estar familiarizados no momento em que vão à escola, esses saberes são ainda mais importantes quando temos alunos com deficiência. A grande preocupação dos profissionais da educação é se os alunos irão aprender com eficácia os conteúdos por eles transmitidos, já que os mesmos possuem alguns obstáculos a serem ultrapassados em relação a comunicação em sala de aula.

Cada aluno tem seu potencial, alguns se desenvolvem mais em uma área e outros possuem habilidades em outra área de ensino/aprendizagem, porém todos devem ser respeitados, assim como também possuem o direito de aprender sobre todos os âmbitos possíveis. Desse modo Tardif (2014) aponta que:

[...] é impossível compreender a natureza do saber dos professores sem colocá-lo em íntima relação com o que os professores, nos espaços de trabalhos cotidianos, são, fazem, pensam e dizem. O saber dos professores é profundamente social e é, ao mesmo tempo, o saber dos atores individuais que o possuem e o incorporam à sua prática profissional para a ela adaptá-lo e para transformá-lo (p. 15)

A partir desse excerto, podemos compreender que todos os professores possuem saberes diferentes entre si, e que por essa forma os professores são considerados atores, cada um fará a seu modo o melhor que consegue de acordo com suas experiências e aprendizagens anteriores. Sendo assim, Silva (2014) revela que:

A complexidade que envolve os saberes docentes implica diferentes dimensões. De um lado, ela se constitui de potenciais como criatividade, amor à profissão, persistência, conhecimento, aprendizagem, experiência, consciência transformadora, comprometimento, etc. Por outro lado, possui fragilidades como o isolamento das disciplinas, apenas a transmissão de conhecimento (ênfase ainda nos conteúdos e distanciamento dos contextos), falta de material pedagógico, baixos salários, escassez de professores, desvalorização das relações intrapessoais e interpessoais, dentre outras, que serão mais bem delineadas a seguir, com o apoio de pesquisadores. Essa situação que se apresenta, desafia os saberes dos professores na práxis do cotidiano porque os saberes não estão limitados aos prédios das instituições

escolares, pois o conhecimento ultrapassa barreiras, nas relações de ensino e aprendizagem que se estabelecem no espaço educacional. (p. 21)

Com tal percepção, fica claro que há dois lados importantes que devem ser considerados no momento da estar em uma escola, sendo eles, o amor a profissão docente e as fragilidades encontradas no âmbito escolar. E como já falamos, são alunos com deficiências, ou seja, uma mudança na gestão da educação que possibilite o acesso às classes comuns e a ampliação da oferta de atendimento educacional especializado que propicie a eliminação de obstáculos para o acesso ao currículo. Sem tais modificações não há condições para uma escola acolher crianças especiais.

Há ainda uma grande defasagem em relação a qualificação dos professores para o atendimento de crianças com deficiências nas escolas, pois os mesmos precisam de um mínimo conhecimento e prática sobre essa diversidade existente nas escolas. Esses professores irão necessitar de apoio de outros profissionais das diversas áreas como: psicopedagogos, psicólogos, psicoterapeutas, interpretes de Libras, entre outros, para que assim, possam desenvolver da melhor maneira possível atividades no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

Diante de argumentos anteriores no presente estudo, lembramos que é de extrema importância que professores tenham uma excelente qualidade de ensino em diversas áreas de conhecimentos sobre deficiências, como por exemplo, surdez, cegueira, deficiência física, déficits psicológicos, entre outros. No nosso caso, estabelecemos conexões sobre essa importância na formação de excelência na área da surdez, já que é o foco de nosso estudo são os alunos surdos incluídos nas escolas de ensino regular.

A partir do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de Libras é obrigatória nos cursos de formação e nas Licenciaturas. É relevante que ressaltemos que os futuros professores devem ter o mínimo do conhecimento sobre essa língua, tendo em vista que não é apenas com essa disciplina na grade acadêmica que nos fará ser um professor/ intérprete fluente de Libras, são indispensáveis muitas horas de prática para que ocorra a fluência, assim como devemos ter quando aprendemos uma língua estrangeira. A aprendizagem e aquisição das línguas são parecidas, ou seja, com muita prática.

Martins e Nascimento (2012) destacam que existem muitas questões que ainda nos inquietam em relação a aprendizagem da Libras. Dessa forma destaca que:

Ainda assim, com todas as questões que inquieta-nos quanto a uma política linguística e educacional para surdos, podemos notar que desde 2005 houve uma crescente visibilidade no campo da surdez. Sobretudo destaca-se a busca por profissionais intérpretes de língua brasileira de sinais para atuar em espaços educacionais, uma vez que a lei prevê acessibilidade linguística para alunos surdos nos mais variados espaços escolares. (p.58)

A partir desse fragmento, podemos fazer uma relação com as pesquisas de Vygotsky (2001), que enfatizam que a linguagem é adquirida na relação com outras pessoas, pois é a linguagem que nos faz diferenciar-se dos outros animais. Segundo as pesquisas feitas por Lacerda (2006) o que dificulta a aquisição da linguagem oralizada no sujeito surdo é a interrupção no canal auditivo nas pessoas surdas e com isso faz-se necessário a utilização de uma linguagem sinalizada, no caso, a Libras.

A formação docente é repleta de saberes, e Tardif (2014), aponta alguns desses saberes como sendo essenciais na vida de qualquer professor. Dessa maneira cabe a nós elencar os saberes elegidos pelo autor como sendo “os saberes da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica); saberes disciplinares; saberes curriculares; saberes experienciais”.

Os saberes da formação profissional/pedagógicos, conforme Tardif (2014) “são como doutrinas ou concepções derivadas de reflexões sobre a prática, reflexões racionais e normativas que coordenam sistemas de educação” (p.37). Os mesmos podem ser divididos em existenciais, sociais e pragmáticos. O primeiro é porque o professor tem suas experiências pessoais como profissional assim tudo se acumula em seu inconsciente. O segundo tipo de saber profissional é social porque são plurais e procede de diversas fontes da sociedade atual. Já o terceiro tipo é pragmático porque os saberes são a base do ensino, e por isso estão diretamente ligados entre si. O segundo conceito de saber é o de saberes disciplinares que são conhecimentos de diversas áreas do ensino e são transmitidos nos cursos universitários em forma de disciplina, ou seja, aprendemos nos cursos de formação, saberes esses passados por professores universitários aos acadêmicos.

Conforme o autor citado, temos ainda, os saberes curriculares, que são adquiridos em distintas formas de ensino, como por exemplo, em palestras,

cursinhos de formação, e são referentes a culturas de diferentes instituições. E como último saber, mas não menos importante, temos os saberes experienciais que são saberes que adquirimos ao decorrer do cotidiano, saberes específicos que são descobertos conforme o meio social que se está inserido assim, podemos relacionar com o nosso tema de estudo, pois a cada dia que passa se aprenderá itens novos com nossas crianças surdas no ambiente escolar que trabalhamos.

3.2. As Contribuições da Formação Docente para a Produção de um Ensino de Qualidade para Surdos

Ter uma excelente formação durante o processo formativo de docência, como vimos anteriormente, é de extrema importância, pois é nesse momento que aprendemos as teorias que possivelmente serão utilizadas para efetivarmos em nossas práticas em sala de aula. E quando se trata de formação docente na perspectiva da educação inclusiva, devemos ter muito mais qualidade e competência, pois os alunos com deficiências têm o mesmo direito de adquirir conhecimentos, dos mais variados possíveis, assim como as demais crianças ouvintes.

Para Tardif (2014) o saber-fazer pode-se comparar ao saber técnico. Sendo assim,

Os saberes técnicos e o saber-fazer vão sendo progressivamente sistematizados em corpos de conhecimentos abstratos, separados dos grupos sociais – que se tornam executores atomizados no universo do trabalho capitalista – para serem monopolizados por grupos de especialistas e de profissionais, e integrados a sistemas públicos de formação (p. 43).

Nota-se que esses saberes podem ser comparados e assim estabelecemos relações entre um e outro saber. Com esses saberes, podemos construir a base teórica sobre a prática para o momento em que iremos chegar nas escolas. O professor tem um papel fundamental, pois é ele quem mediará os conhecimentos científicos com os alunos, sejam eles ouvintes ou surdos, pois segundo Mantoan (2003) a intervenção pedagógica se realiza em um contexto interacional ao contrário do outro profissional, como exemplo a psicólogo, que gera fins individualizados e terapêuticos.

Muitos recursos que podem ser utilizados durante o processo de aprendizagem para uma efetiva inclusão, na maioria das vezes, são pouco explorados ou até mesmo desconsiderados pelo professor, com o passar dos níveis propostos pelo sistema de educação (séries e/ou ciclos). No entanto, quando o professor é o agente mediador de um contexto educacional, no qual a diversidade está mais complexa devido às demandas que um tipo de necessidade educativa pode gerar, é essencial que ele não “perca de vista” a validade de determinados recursos diante da construção de conceitos mais elaborados ou abstratos.

Glat (2006) afirma que há muitos relatos de professores, principalmente em conselhos de classe, sobre a “dificuldade” de determinados alunos quanto à efetivação de algumas propostas educacionais. Contudo, na maioria das situações narradas o que de fato acontece, não é uma dificuldade do aluno em realizar ou compreender a atividade solicitada, e sim uma inadequação do procedimento, dos objetivos e/ou da avaliação realizada pelo professor. E como já vimos muito a esse respeito, são inúmeras as transformações que devem ocorrer no sistema educacional em um todo.

Da maneira que a educação inclusiva é vista hoje, sabemos que os alunos surdos, ou com qualquer outra deficiência, não conseguem acompanhar o processo de ensino e de aprendizagem nas turmas regulares por falta de recursos específicos. No caso do aluno surdo é necessário a presença do intérprete de Libras em sala de aula, respeito a condição linguística e cultural desse educando. Como já mencionamos em nosso estudo, cabe então, ao profissional docente procurar alternativas que possibilitem efetivar seus saberes e experiências constituídos durante a sua formação. Freire (1996) assinala que a tarefa de qualquer educador é a prática de *inteligir*, ou seja, a de compreender a realidade sem o envolvimento com sentimentos, e dessa forma, auxiliar o aluno surdo a compreender da melhor maneira possível os conhecimentos por ele trabalhado.

Mantoan (2003), em seu texto intitulado “*Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?*”, afirma ser necessário:

Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores,

funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender e um ensino que não segrega e reprova a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções (p. 37)

Com o excerto acima, verificamos que o modelo educativo escolar deve ser remodelado de maneira a ser acessível a todos. Tendo como base a estimulação do pensamento crítico dos profissionais envolvidos neste ambiente, ou seja, professores, funcionários, alunos, administradores, entre outros. Desse modo, é estabelecido o exercício da cidadania, e a efetiva inclusão de todos, já que todos possuem o direito de ter o tempo a liberdade necessário para uma aprendizagem de boa qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa reflexão, não queremos de maneira nenhuma finalizar o que estamos apresentando, porém, buscamos dialogar aqui sobre a formação de professores aliado ao processo de inclusão de crianças surdas em escolas de ensino regular. Sendo assim, acreditamos que é possível haver inclusão de surdos em escolas regulares, pois todos tendem a ganhar. Crianças ouvintes poderão interagir normalmente com crianças surdas e dessa forma, a discriminação, aos poucos, será dizimada de nossa sociedade. Já para, nós, professores, será uma experiência incrível de aprendizagem, o que modificará nosso modo de agir tanto na vida profissional quanto na vida pessoal.

No início do nosso estudo podemos perceber a importância da formação dos profissionais da educação de acordo com a educação inclusiva, assim como a sala de recursos, que são espaços que precisam ser olhados com outro olhar em relação ao processo de aprendizagem das pessoas surdas. Seguindo nesse mesmo viés, buscamos apresentar o caminho que percorremos para a realização do presente trabalho. E para finalizar, tentamos estabelecer conexões entre os saberes que um professor tem, ou deveria ter, com a qualidade em relação ao ensino de sujeitos surdos incluídos nas instituições de ensino.

Vimos dessa forma que, no início da docência, os professores têm muitas dificuldades e com isso, deverão buscar aperfeiçoamento para conseguir atender as especificidades de cada criança, que com o auxílio de interpretes de Libras, mudança na postura, metodologias e estratégias de ensino adequadas e ainda, com o uso de materiais didáticos adequados, é possível proporcionar uma educação com qualidade para todos os alunos incluídos no ambiente escolar, transformando assim, a escola como um lugar sem discriminações e preconceitos, que futuramente, servirão de exemplo para toda a sociedade.

Sabe-se que a interação social entre os sujeitos é imprescindível, ou melhor, indispensável no processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a apreensão dos conhecimentos de maneira significativa e a valorização das múltiplas linguagens sejam elas verbais ou corporais. Para Freitas (2010), pensar a diferença é pensar nas relações estabelecidas entre as partes integrantes de uma escola, nos

questionando sobre quem são essas pessoas que incluídas nas escolas? Quais as histórias que as trazem para o espaço educativo? Como esses sujeitos podem aprender umas com as outras?

E assim, queremos finalizar o nosso trabalho, validado por Glat (2006), com a certeza que é de extrema importância a constante busca de práticas específicas de acordo com o contexto em que os alunos vivem, de modo a tornar o trabalho mais dinâmico, já que é fundamental que cada profissional pense em sua disponibilidade para a construção de práticas efetivas que conduzam a uma educação de qualidade para todos.

REFERENCIAS

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na interpretação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. *Decreto n. 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/circ_resol/decreto_5626_2005.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado**. Mec. Brasília – DF, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, N. K. **Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectivas Educacionais**. *Jornal de Políticas Educacionais*, nº 7, jan. - jun. , 2010, p. 25-34.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; MACHADO, K.; BRAUN, P. XI Congresso Nacional da Fenasp. **Inclusão Escolar**. Niterói, RJ, 2006.

LACERDA, C. B. F. **A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: O que dizem Alunos, Professores e Intérpretes sobre esta Experiência**. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LIMA, P. G.; BARRETO, E. M. G.; LIMA, R. R. **Formação Docente: Uma reflexão necessária**. *Educere e Educare: Revista de Educação*. Volume: 2. Número: 4. Jul.-

dez. 2007.

LIMA, V. A. P. **A Inclusão Dos Alunos Surdos Nas Escolas Regulares Da Rede Pública De Educação: Uma Questão Linguística**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como Fazer?** Campinas, julho, 2003;

MARTINS, V. R. O.; NASCIMENTO, L. C. R. **Libras e educação de surdos: experiências docentes na formação de educadores**. In: _____ LINS, H. A. de M. (org) Experiências docentes ligadas à educação de surdos: aspectos de formação. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2012.

MELLO, A. G. de. **Os surdos e o fracasso escolar**. 2002. Disponível em: < <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=579>>. Acessado em: 04 mar. 2016.

MENDES, E. G. Revista Brasileira de Educação. **A Radicalização do Debate sobre Inclusão escolar no Brasil**. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Volume: 11. Número: 33. 387- 559. Set. Dez. 2006.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. de L. e PINHO, G. S. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

SALLES, H. M. L. et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília; MEC/SEESP, 2004. 2 v. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SALLES, R. **Da educação que temos para a sociedade que queremos**. 2010. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2934&tipo=acervo>> Acesso em: maio de 2016.

SCHLÜNZEN, E.; RINALDI, R.; SANTOS, D. **Inclusão escolar: marcos legais, atendimento educacional especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. PROGRAD. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 148-160, v. 9.

SILVA, M. E. N. da. **Formação e Saberes: os desafios da docência na educação especial**. Ijuí – RS, 2014.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VITALIANO, C. R., DALL' ACQUA, M. J. C.; BROCHADO, Sônia Maria D. **Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas dos Estados do Paraná e de São Paulo: caracterização da disciplina.** Londrina: EDUEL, 2010.

XAVIER, A. G. P. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva.** In: *Revista Integração*, Brasília: MEC/SEE, ano 14, n. 24, 2002.

ZIESMANN, C. I. **Práticas pedagógicas em sala de aula com surdos: implicações nos processos de ensino e de aprendizagem.** 2015. Dissertação de Mestrado (Educação nas Ciências) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.